



Senado aprova proposta que regulamenta empresa júnior

Texto, que vai para sanção, cria regras para a abertura e o funcionamento desse tipo de empresa, que é ligado a universidade e no qual trabalham alunos voluntários

O Plenário do Senado aprovou ontem as três emendas da Câmara ao projeto de lei que regulamenta as empresas juniores, que são ligadas a universidades e conduzidas por estudantes e prestam consultoria a pequenas e microempresas que não podem pagar por esse tipo de serviço. O texto agora vai para a sanção presidencial. De acordo com a proposta, a escolha da área de atividade das empresas deverá ser feita em conjunto pelos universitários e pela instituição. O dinheiro arrecadado com os serviços precisará ser aplicado na própria empresa júnior. Entre os objetivos da proposta de regulamentação, apresentada em 2012 pelo senador José Agripino, estão incentivar o empreendedorismo entre os jovens e estimular a abertura de mais empresas juniores por todo o país. **3**

O senador José Agripino fala na sessão em que o Plenário aprovou seu projeto de lei que regulamenta as empresas juniores



Beto Barreto/Agência Senado



Gerardo Mangel/Agência Senado

Debate dirigido por Ana Amélia (3ª à dir.) reuniu sugestões de especialistas

Combate a desperdício de comida pode ganhar lei geral

Uma proposta deve reunir três projetos que lei sobre o assunto que já tramitam no Senado. A ideia do relator é propor uma lei abrangente,

que reduza o desperdício em todas as etapas: do campo à mesa. Especialistas debateram ontem o tema na Comissão de Agricultura. **5**

Sessão alerta para dificuldades enfrentadas por paciente renal

Falta de informações sobre prevenção, escassez de recursos para tratamento e despreparo dos médicos para diagnóstico foram alguns dos

pontos abordados ontem por especialistas da área de saúde na sessão especial do Senado que lembrou o Dia Mundial do Rim. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A importância de prevenir a doença desde a infância foi destacada na sessão

Brasil vai aderir a instituto sobre democracia **3**

Comissão votará contas de 2014 na semana que vem **4**

Senado recebe texto sobre remédio contra câncer **8**

Transparência de agência reguladora será discutida **6**

Grávidas receberão repelente de graça, prevê projeto **3**

Grupo analisará mudanças na lei de aviação **5**

Audiência avalia regra para profissão de salva-vidas **4**

Desaceleração chinesa exige adaptação, aponta debate

Especialistas ouvidos ontem em audiência no Senado recomendaram que o Brasil se adapte ao ritmo mais lento de crescimento do principal parceiro comercial do país, a

China. Eles lembraram, no entanto, que a taxa de 6,5% projetada pelos chineses para os próximos anos ainda é bem superior às previsões para EUA e Europa. **7**



Raquel S/A/Agência Senado

Comissão de Relações Exteriores ficou lotada para o debate, que reuniu diplomatas, investidores e consultores

Para Renan, PMDB deve apresentar alternativas à crise

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o partido dele, que faz convenção amanhã, precisa atuar como um poder moderador, buscando saídas para superar a crise política e econômica vivida pelo país. Renan afirmou que a legenda é um pilar da democracia e deve agir com responsabilidade. **2**

Renan defende papel do PMDB na governabilidade

Presidente do Senado diz que o partido deve buscar equilíbrio e responsabilidade na convenção nacional de sábado, pois é um pilar da democracia e suas posições podem interferir na crise

O PMDB é um pilar de sustentação da democracia, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. A convenção nacional do partido a que pertence o senador, marcada para sábado, deve resultar num posicionamento em relação à crise política e ao governo.

— O PMDB tem que ser a saída para a crise, o poder moderador. E deve fazer sua convenção com muita responsabilidade, pois qualquer sinalização sobre a posição do partido pode diminuir ou aumentar a crise. O partido deve priorizar o interesse nacional, apresentando saídas, como a Agenda Brasil — declarou.

Sobre o jantar com políticos do PSDB na quarta-feira, o presidente do Senado disse que continuará dialogando com lideranças de outras legendas.

— O Parlamento deve conversar para encontrar saídas.



Janio de Araújo/Agência Senado

Renan: Parlamento deve buscar convergência em torno do interesse nacional

De manhã, estive com o ex-presidente Lula e, no fim do dia, com a presidente Dilma. E vamos continuar conversando. É hora de pensar no Brasil, no equilíbrio — afirmou.

Para Renan, na condição de presidente do Congresso, não é seu papel “botar fogo na crise”.

— É preciso ter bom senso e serenidade. A sociedade

está sendo bombardeada por informações, boatos e disse-me-disse. Em 1964, tivemos um presidente do Senado que passou do limite e fraturou a democracia — disse Renan, referindo-se ao ex-senador Auro de Moura Andrade, que, em 1964, presidiu uma sessão na qual declarou vaga a Presidência da República.

Hélio José espera manifestação sem brigas no domingo

Os protestos populares contra o governo, marcados para domingo, serão ordeiros e pacíficos, na opinião de Hélio José (PMB-DF).



Genaldino Magela/Agência Senado

O senador considerou “desnecessária” a condução coercitiva do ex-presidente Lula e de outros depoentes da Operação Lava-Jato. Hélio José também expressou otimismo com as pesquisas para transformação de esgoto em eletricidade, após descoberta de cientistas chineses sobre o uso do grafeno.

Autoridades devem deter confrontos, diz Blairo Maggi

Todos devem ter o direito a se manifestar livremente numa democracia, mas possíveis confrontos entre grupos pró e contra o governo precisam ser contidos, pediu Blairo Maggi (PR-MT).



Moreira Mariz/Agência Senado

— Se houver confusão no dia 13 entre participantes de protestos contra a presidente Dilma, e os de manifestações em apoio ao governo, as autoridades públicas precisam se manifestar em favor da ordem pública e da democracia.

Medeiros sugere outro dia para ato de petistas

José Medeiros (PPS-MT) subiu duas vezes à tribuna ontem para sugerir ao PT que convoque as manifestações de apoio ao governo e a Lula em dias diferentes dos protestos marcados contra a presidente Dilma. Ele disse que é preciso evitar confrontos e violência. Para Medeiros, se não se dispuser a “serenar ânimos” de seus seguidores, Lula terá de ser responsabilizado pelas consequências de uma possível disputa de espaço.



Genaldino Magela/Agência Senado

Ana Amélia apela por liberdade de expressão e paz

Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que as manifestações do próximo domingo sejam marcadas pela serenidade e pela tranquilidade o que, na opinião dela, é o que desejam os brasileiros de bem. A senadora afastou a possibilidade de atos de violência durante os atos públicos, ressaltando que a maioria da população quer a paz e a liberdade de se expressar contra os problemas que o país atravessa.

— As manifestações são movidas por um sentimento acima dos partidos. Que a bandeira seja única: a bandeira do Brasil.

Gleisi: condução de Lula para depor foi “espetacularizada”

A “espetacularização” do interrogatório do ex-presidente Lula coloca em xeque o Estado de direito brasileiro, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para a senadora, “há uma sanha dos investigadores da Operação Lava-Jato em querer atacar o PT e Lula”.



Moreira Mariz/Agência Senado

A senadora leu coluna do jornalista Janio de Freitas, questionando se as intenções do juiz Sergio Moro, ao mandar recolher Lula para depor, não eram para tentar humilhá-lo.

Jorge Viana vê parcialidade em investigações da PF

Jorge Viana (PT-AC) pediu que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público se manifestem sobre o andamento de investigações da Operação Lava-Jato. O senador acredita que está havendo parcialidade nos trabalhos do Ministério Público e do Judiciário com o objetivo de atingir o PT. Ele cobrou isenção nas apurações.



Beto Barreto/Agência Senado

Viana ainda pediu manifestações pacíficas no domingo.

Corte no seguro agrícola é tema de debate no Rio Grande do Sul

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate questões relacionadas ao seguro agrícola, hoje, em Não-Me-Toque (RS), às 14h. A audiência integra o segundo ciclo de palestras e debates da comissão e foi sugerida pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

A senadora destacou que o seguro agrícola sofreu um corte de R\$ 341 milhões este ano e citou a situação dos produtores de uva no Rio Grande do Sul, que perderam metade da safra por causa do volume excessivo de chuvas.

Uma solução, na opinião de Ana Amélia, seria a criação de uma espécie de seguro

que garanta a renda em ocorrências semelhantes.

— Essa audiência poderá ser o caminho para uma solução. Estamos tentando ver se o governo encontra uma forma de ajudá-los — disse.

Foram convidados o diretor do Departamento de Crédito, Recursos e Riscos do Ministério da Agricultura, Vitor Augusto Ozaki; a diretora-executiva da AgroBrasil, Laura Neves; e representantes de produtores rurais e de cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Estudos contra mosquito e compra de empresas são destaques na TV

Os estudos contra o *Aedes aegypti* são destaques do *Em Discussão!*, da TV Senado, neste fim de semana.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a experiência da Embrapa, que em 2005 desenvolveu um inseticida 100% natural contra o transmissor de doenças como dengue e zika, foi tema de audiência.

O produto ataca somente a larva do mosquito, preservando o ambiente. O programa também trata da autorização que os bancos públicos obtiveram para aquisição de empresas e outras instituições.

Em Discussão!
Amanhã, às 23h30
Domingo, às 9h e às 16h30

Rádio Senado apresenta especial sobre empoderamento feminino

Empoderar a mulher pode mudar o lugar das brasileiras na nossa sociedade. Defendendo esse ideal, as senadoras e deputadas têm lutado pela aprovação de propostas que permitam aumentar o número de mulheres na política, no poder e promover uma mudança de cultura.

Esse é o tema da reportagem especial que a Rádio Senado transmite, de hoje a domingo, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e ao Mês da Mulher.

“Empoderamento feminino: lugar de mulher é na política!”
Hoje, às 18h; amanhã, às 10h; domingo, às 17h

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CRA Seguro agrícola

14h A comissão realiza seminário em Não-Me-Toque (RS) para debater o custeio e a renda do seguro agrícola

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Regras para empresas juniores vão para sanção

Plenário aprovou ontem emendas ao texto original feitas pelos deputados. Principal objetivo do projeto de lei é incentivar o empreendedorismo dos universitários

O PLENÁRIO APROVOU ontem três emendas da Câmara dos Deputados ao PLS 437/2012, que regulamenta a criação e o funcionamento das empresas juniores, que são formadas por estudantes e são ligadas a universidades. A proposta, do senador José Agripino (DEM-RN), já pode ir para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

De acordo com o texto, a empresa júnior será organizada sob a forma de associação civil sem fins lucrativos e integrada por estudantes voluntários para prestar serviços e realizar projetos na sociedade. Um dos principais objetivos das empresas é oferecer consultoria a micros e pequenas empresas que não têm condições de contratar esses serviços.

Enquanto as duas primeiras emendas da Câmara promovem apenas mudanças de redação, a terceira disciplina o processo de reconhecimento das empresas juniores pelas universidades. Ela determina que as atividades das empresas juniores serão inseridas no conteúdo acadêmico das universidades, preferencialmente como atividade de extensão, estabelece requisitos para a elaboração e a aprovação do plano acadêmico e institui parâmetros para o desempenho dessas atividades de empreendedorismo.

A emenda também autoriza as instituições de ensino superior a ceder gratuitamente espaço físico para que as empresas juniores tenham sede.



O senador Jorge Viana (C) conduz a sessão em que o Plenário aprovou o projeto de lei que regulamenta o funcionamento das empresas juniores

De acordo com o autor, o Brasil tem 1,2 mil empresas juniores, às quais estão ligados 27 mil universitários.

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), presidiu a aprovação definitiva do projeto, que foi classificado por ele de “extraordinário”.

— O projeto traz a nossa juventude para o empreendedorismo e a independência e pode ser uma referência para o mundo inteiro. A juventude não pode ser tratada como algo do futuro. Ela é do presente — disse.

Agripino agradeceu a votação rápida

das emendas da Câmara no Plenário. Ele ressaltou que o Brasil passará a ser o único país do mundo com amparo às empresas juniores na legislação.

— Esse projeto significa o adestramento na tarefa do empreendedorismo dentro da universidade, com a orientação acadêmica de um professor e com o devido incentivo fiscal que uma empresa sem fins lucrativos merece — celebrou.

O senador também afirmou que o grande mérito das empresas juniores é servir para a preparação dos jovens

estudantes para a vida profissional.

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) também se manifestou, parabenizando Agripino pela iniciativa e afirmando que o projeto significa um grande incentivo à “construção de oportunidades”.

O projeto havia sido aprovado pelo Senado em 2014 e remetido para a análise da Câmara dos Deputados. As mudanças efetuadas pelos deputados foram confirmadas no final do ano passado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

Aprovada adesão do Brasil a instituto sobre democracia

Os senadores aprovaram o projeto de decreto legislativo que determina a adesão do Brasil ao Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Idea), em Estocolmo, na Suécia, e ratifica os textos dos estatutos da organização. A proposta (PDS 8/2016) segue para promulgação.

O Idea tem por objetivo prestar assistência técnica, desenvolver estudos e pesquisas sobre processos eleitorais, de-

mocracia e desenvolvimento. Foi criado em 1995 e conta com 28 Estados-membros.

O interesse na adesão do Brasil foi manifestado pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli. O Idea é financiado por contribuições voluntárias dos membros e por contribuições de diferentes organizações, como a Comissão Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(Pnud) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O valor da contribuição é definido pelo doador.

Segundo o texto do governo, a adesão do Brasil representa “importante frente de cooperação internacional com parceiro confiável e respeitado” e pode contribuir para promover o sistema brasileiro de votação eletrônica, diante do “amplo interesse demonstrado pelos membros do Idea”.

Projeto prevê distribuição gratuita de repelentes contra Aedes a grávidas

As gestantes poderão receber gratuitamente, do poder público, repelente contra o mosquito *Aedes aegypti*, se aprovado projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Segundo a senadora, é alta a probabilidade de haver relação de causalidade entre a infecção de gestantes pelo vírus da zika e o grande número de casos de microcefalia no país, especialmente no Nordeste.

Vanessa argumenta ainda que o significativo aumento da procura nas farmácias do país causou desabastecimento e a elevação do preço dos repelentes. “Muitas mulheres grávidas não estão conseguindo obtê-los”, considera na justificativa do projeto.

O texto (PLS 72/2016) foi encaminhado para a decisão final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Criação do Observatório da Mulher ganha urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem regime de urgência para dois projetos de resolução. Um deles (PRS 64/2015) institui o Observatório da Mulher contra a Violência. O outro (PRS 65/2015) amplia atribuições do DataSenado.

Com o regime de urgência, as propostas tramitam de forma mais célere, superando prazos e etapas. Ambos os projetos são de iniciativa da senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

O Observatório da Mulher contra a Violência terá a função de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher, prevê o PRS 64. Também vai analisar e produzir relatórios a partir dos dados e elaborar e coordenar

projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e de combate à violência. Os dados vão subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O PRS 65 inclui o Instituto de Pesquisa DataSenado entre os órgãos da Casa que vão assessorar o trabalho de acompanhamento e fiscalização das políticas governamentais. Para isso, o DataSenado vai produzir pesquisas, análises e relatórios estatísticos.



Simone Tebet é autora dos projetos sobre o observatório e sobre o DataSenado

Donizeti considera “provocação” pedido de prisão de Lula

Para Donizeti Nogueira (PT-TO), o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula foi feito pelo Ministério Público de São Paulo “sem provas e sem nenhuma sustentação jurídica” e tem conotação política.

— O ex-presidente não está incitando a militância a ir às ruas para confronto. Lula não provocou nada. Ele reagiu, de forma moderada, com um instrumento que lhe cabe, que é a mobilização social — argumentou.

Em apartes, Paulo Rocha (PT-PA) e Jorge Viana (PT-AC) também criticaram o pedido de prisão.

Wellington lamenta falta de investimentos em logística e hidrovias

A importância do leilão de arrendamento de seis áreas portuárias no Pará, a ser realizado no fim de março, foi destacada por Wellington Fagundes (PR-MT). Segundo o senador, esses portos serão usados para o escoamento da produção do norte de Mato Grosso, reduzindo o mau aproveitamento do transporte hidroviário.

Wellington disse ainda que a falta de investimentos em logística reduz a competitividade do Brasil. O país perde investimentos e adia construção da nação que todos desejam.



Beto Barreto/Agência Senado

Comissão de Orçamento cancelou reuniões para análise das contas depois de acordo de líderes da Câmara, que decidiram suspender deliberações. Base governista quer agilizar aprovação de relatório

Votação de contas de 2014 fica para a próxima semana

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) encerra a semana sem votar as contas do governo federal do ano de 2014. As reuniões marcadas para quarta-feira foram canceladas depois que um acordo entre líderes partidários da Câmara dos Deputados determinou o encerramento das atividades deliberativas de todas as comissões até a próxima semana. As contas presidenciais — rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União em parecer — são o principal item na pauta da comissão.

Uma reunião deliberativa chegou a ser aberta e suspensa na quarta de manhã para ser retomada após a ordem do dia da Câmara, mas acabou cancelada após o acordo das lideranças. Uma segunda reunião, marcada para a tarde, não chegou a se realizar.

Além das contas do governo de 2014 — que têm parecer pela aprovação, com ressalvas, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) —, a pauta da CMO inclui prestações de contas e demonstrativos financeiros de órgãos federais e um requerimento de informações direcionado ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre as fontes de pagamento das chamadas pedaladas fiscais.

Com a perspectiva de paralisia dos trabalhos da Câmara, a CMO só deve voltar a se



Reunião de quarta chegou a ser iniciada, mas foi suspensa e depois cancelada

reunir na próxima semana. A composição atual da comissão será desfeita no final do mês, quando ocorrerá a indicação de novos membros e eleição de novo presidente para substituir a atual, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

Oposição

Durante a reunião da manhã, os parlamentares de oposição discutiram com o vice-presidente, deputado Jaime Martins (PSD-MG), por entenderem que não havia quorum para a abertura dos trabalhos. Martins apontou a lista de presença, com o número regimental de membros registrados, mas os opositoristas observaram que seria necessário que todos estivessem no plenário no momento da abertura.

Após um bate-boca, Martins comunicou a suspensão da

reunião, para reinício posterior com a mesma lista de presença já registrada. Os deputados da oposição voltaram a protestar, argumentando que, pela falta de quorum, a reunião já deveria ter sido encerrada de ofício.

O deputado Izalci (PSDB-DF) protocolou uma representação pedindo a anulação da reunião. A única atividade foi a leitura das atas das sessões anteriores, que devem ser aprovadas pelo colegiado. Como a oposição esvaziou o plenário, a votação não ocorreu.

A base governista na CMO quer agilizar a aprovação do relatório de Gurgacz. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), líder do governo na comissão, disse que vai apresentar um requerimento para inversão da pauta, de modo a colocar o relatório antes de todas as outras propostas.

Regulamentação da profissão de salva-vidas será tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará na segunda-feira, às 9h, audiência para discutir a regulamentação da profissão de salva-vidas.

Estão convidados, entre outros, representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação, do Ministério Público do Trabalho, do Conselho Federal de Educação Física, da Associação Brasileira de Academias e de entidades sindicais do setor.

Aguardam inclusão na ordem do dia do Plenário três requerimentos solicitando a tramitação conjunta dos PLCs 42/2013 e 66/2011. Ambos tratam da regulamentação da atividade, embora o segundo use a expressão “guarda-vidas”.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o PLC 66/2011 em dezembro. A votação seria terminativa (sem necessidade de análise pelo Plenário). Porém, por acordo entre Paulo Paim (PT-RS), Otto Alencar (PSD-BA) — relator do texto — e Ana Amélia (PP-RS), ficou acertado que a proposta iria a Plenário. O objetivo era justamente buscar um texto de consenso com o PLC 42/2013. Foi estabelecido que caberia a Paim fazer os ajustes de redação entre as duas propostas.

Pelo PLC 42/2013, é obrigatória a presença de dois salva-vidas para cada 300 metros quadrados de superfície aquática durante os horários de uso em piscinas públicas ou coletivas. Embarcações usadas como transporte cole-

tivo de passageiros, inclusive para turismo, deverão ter pelo menos um salva-vidas.

O texto estabelece requisitos para o exercício da atividade: idade mínima de 18 anos, plena saúde física e mental, ensino médio completo, aprovação em curso profissionalizante e capacidade de nadar 100 metros em um 1 minuto e 20 segundos, 200 metros em 3 minutos e 30 segundos e 1.000 metros em 30 minutos. Também será necessário dominar, entre outras, técnicas de ressuscitação cardiorrespiratória cerebral. Essas condições, no entanto, não precisam ser cumpridas por quem já exerce a profissão.

Educação

O PLC 66/2011 prevê, entre as atribuições do guarda-vidas, educar a comunidade sobre riscos de afogamentos e acidentes e vistoriar o local, notificando o administrador sobre irregularidades relativas à segurança e à higiene de piscinas.

A proposta deixa claro que a contratação de serviços de salvamento é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não do estabelecimento que tiver piscina ou parque aquático com acesso ao público. O texto também determina que o contrato de trabalho deverá prever seguro de vida e de acidentes, com indenização por morte ou invalidez e ressarcimento de despesas médicas decorrentes de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho.

Marta lamenta atraso no registro de medicamentos

Marta Suplicy (PMDB-SP) criticou em discurso a demora no registro de medicamentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que pode levar cinco anos. Ela cobrou melhorias no funcionamento da agência como forma de assegurar o acesso a remédios já disponíveis em outros países, principalmente em oncologia.

Para a senadora, o acesso tardio a medicamentos provoca a judicialização do tema. Ela questionou se interesses setoriais não estariam atrasando o registro dos novos medicamentos, em prejuízo do SUS e do paciente:

— Se demora tanto, os que estão na praça continuam lá, cobrando o que bem entendem, e alguns medicamentos mais recentes podem ter a mesma eficácia e custar menos.



Belo Barreto/Agência Senado

Raupp defende novas regras para criação de partido

O país precisa de novas regras para a criação de partidos políticos para evitar a proliferação desordenada de legendas sem representatividade, disse ontem Valdir Raupp (PMDB-RO).

De acordo com o senador, o excesso de partidos prejudica a governabilidade e favorece práticas ilícitas.

Para ele, é preciso, por exemplo, elevar o percentual mínimo de eleitores exigido para a criação de partidos e exigir que esse apoio seja obtido em pelo menos 18 estados. Ele defendeu ainda o fim das coligações proporcionais.

— O pluripartidarismo é regra pétrea da Constituição, mas essa divisão não pode fazer proliferar, sem controle, partidos sem representatividade no país. Não existe democracia forte com partidos fracos.



Moreira Mariz/Agência Senado

Regina: é preciso discutir condição feminina no país

Regina Sousa (PT-PI) destacou a importância da discussão sobre a condição feminina no Brasil, de modo a enfrentar a violência contra as mulheres. Ela citou estatísticas segundo as quais desde 1980 foram assassinadas 105 mil mulheres no país. Além disso, frisou, o aumento de homicídios de mulheres negras revela “aliança cruel” entre racismo e machismo.

A senadora destacou o avanço da rede de serviços do governo federal para as mulheres em situação vulnerável, mas lamentou que estados e municípios não consigam executar esforço semelhante por limitação orçamentária. Ela também disse que a educação sobre igualdade de gênero nas escolas é uma necessidade para o exercício da democracia.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Juro alto agrava crise econômica, critica Dário

A situação econômica do Brasil e suas consequências para os trabalhadores preocupam Dário Berger (PMDB-SC).

Para o senador, a queda de 3,8% do PIB em 2015 é gerada por inflação, desemprego, falta de crédito e juro alto. Por causa das taxas elevadas, disse, o Brasil chegou a pagar R\$ 500 bilhões em juros da dívida pública no ano passado, valor muito superior ao que foi destinado à saúde (R\$ 130 bilhões) e à educação (R\$ 120 bilhões).

— Com juro alto, não tem crédito. Se não há crédito, não há investimento. Sem investimento, não tem produção. Sem produção, não tem riqueza. Sem riqueza, não tem consumo. Sem consumo, não tem imposto. E sem imposto, a União não vive, os estados e os municípios vão à falência.



Moreira Mariz/Agência Senado

Garibaldi cobra reforma da Previdência

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o país precisa fazer logo a reforma da Previdência. Ele argumentou que as mudanças não atingiriam os que já estão no regime geral da Previdência, nem os que vão se aposentar nos próximos anos, porque o país pode ter um período de transição. O que não se pode, disse, é deixar de fazer a reforma.

— Não podemos adiar essa reforma. Se não a fizermos, pura e simplesmente, vamos condenar as futuras gerações a um quadro de muita dificuldade com relação à Previdência.

Garibaldi também apelou ao governo para que a transposição do Rio São Francisco seja concluída este ano. A região, disse, está entrando no quinto ano de seca e as reservas hídricas estão se esaurindo.



Moreira Mariz/Agência Senado

Proposta quer o fim do desperdício de comida

Texto vai reunir três projetos de lei que tramitam hoje no Senado para propor lei geral sobre o assunto. Especialistas e senadores debateram ontem sugestões e iniciativas

RELATOR DE TRÊS projetos de lei que tratam do combate ao desperdício de alimentos, o senador Lasier Martins (PDT-RS) defende a aprovação de uma lei abrangente, que alcance todas as etapas da cadeia alimentar, desde a lavoura, passando pela comercialização e chegando à mesa do consumidor.

— Queremos fazer uma lei que sirva de modelo internacional para o combate ao desperdício, uma lei que crie uma nova cultura no Brasil, reduzindo esses índices assustadores de alimentos desperdiçados — resumiu Lasier, após audiência pública promovida ontem pela Comissão de Agricultura (CRA).

No mundo, vai para o lixo todo ano 1,3 bilhão de toneladas de comida, enquanto cerca de 800 milhões de pessoas passam fome, disse Gustavo Chianca, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

— Com a perda e o desperdício de alimentos na América Latina, daria para alimentar 300 milhões de pessoas.

Foram apresentadas no debate iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social, das centrais de abastecimento (Ceasas) e do Sesc que estimulam o aproveitamento de alimentos.

Projetos

Os senadores também receberam sugestões para os três projetos que tramitam em conjunto na CRA (*veja quadro*): PLSs 738, 672 e 675, todos de 2015, de autoria, respectivamente, de Jorge Viana (PT-AC), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

As propostas têm em comum o objetivo de incentivar as doações de alimentos, isentando o doador de responsabilidade civil e penal em caso de dano pelo consumo do alimento, desde que não haja dolo e negligência.

O projeto de Viana estabelece dois prazos de validade, um com data-limite para venda e outro para o consumo seguro. O segundo prazo é maior que o primeiro e, no intervalo, o produto poderá ser consumido ou doado.

O texto de Ataídes obriga supermercados, feiras e restaurantes com mais de 200 metros quadrados a firmar contratos de doação com entidades que distribuem alimentos a pessoas carentes.

Já a proposta de Maria do Carmo cria a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos, prevendo campanhas de conscientização.

No substitutivo aos três projetos que será apresentado à CRA, Lasier preten-



Ana Amélia (C) preside audiência sobre o tema: 1,3 bilhão de toneladas de comida vão para o lixo todo ano e quase 800 milhões passam fome no mundo

de construir uma lei geral, deixando aspectos específicos para agências reguladoras e órgãos do Executivo.

Sugestões

No debate, Cássia Ferreira, da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), disse que mudanças de rotulagem, como o proposto no PLS 738, devem ser precedidas de ampla discussão, inclusive no Mercosul.

Já a representante da Anvisa, Thalita Lima, questionou a implementação da validade para consumo seguro:

— Quem vai garantir isso? É a instituição que está doando? É a instituição que está recebendo? Muitos dos receptores de alimentos doados são crianças, idosos. Uma carga mínima de contaminação pode trazer-lhe danos.

Segundo ela, em países que utilizam validade de venda e validade de consumo, há dificuldade de entendimento pelos consumidores, que desconfiam da segurança e preferem descartar o alimento no fim da primeira data.

Também Alexandre Resende, diretor da Associação Brasileira de Supermercados, apontou dificuldades em garantir segurança para o consumo dentro do segundo prazo de validade.

Presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS) destacou a experiência do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, criado há 15 anos para evitar o descarte de produtos em condição de consumo.

O trabalho dos bancos de alimentos também foi destacado por Reginaldo Moreira, da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento; por Ana Cristina Barros, do Sesc; e por Marcelo Correia Bezerra, do Ministério do Desenvolvimento Social. Para discutir essas iniciativas, a CRA fará audiência, a pedido de Ana Amélia, com representantes de bancos de alimentos.

Donizeti Nogueira (PT-TO) defendeu campanhas educativas para mudar hábitos alimentares da população.

Lasier cobra do governo política pública para combater o problema

Lasier Martins pediu, em Plenário, que o governo tome iniciativas para evitar o problema.

— O Brasil não pode negligenciar o tema, adotando com urgência uma política pública de aproveitamento de alimentos.

Dados da FAO mostram, disse, que o desperdício no mundo representa hoje US\$ 750 bilhões jogados no lixo. No Brasil, por ano, 26 milhões de toneladas de alimentos são jogadas fora.

— Desde a colheita, desde o campo, desde as lavouras, passando pelo transporte, pela armazenagem, pela pouca infraestrutura, as Ceasas, os restaurantes, as feiras, os supermercados, as mesas residenciais. Por onde quer que passe o alimento, tem havido desperdício — frisou.

Especial Cidadania sobre desperdício de alimentos: <http://bit.ly/cidadania545>

O que propõe cada projeto

PLS 672/2015 Ataídes Oliveira	Obriga indústrias, supermercados, mercados, restaurantes, feiras e assemelhados, com mais de 200 metros quadrados de área construída, a doar alimentos que perderam condição de comercialização, mas ainda estão em condição de consumo. Obriga doação ou venda de alimentos e insumos próprios para ração animal ou compostagem. Pune com multa de R\$ 100 mil o descarte de alimentos e insumos que poderiam ser doados. Isenta de responsabilidade civil e penal o doador, quando o dano pelo consumo do alimento doado não caracterizar dolo e negligência.
PLS 675/2015 Maria do Carmo Alves	Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos. Autoriza a criação de grupo de trabalho permanente para combate ao desperdício de alimentos, com participação de governo e sociedade. Autoriza criação de programas para reduzir o desperdício de alimentos e de campanhas para a população. Inclui educação alimentar no currículo do ensino fundamental e médio. Cria cadastro de boas práticas de produção, armazenamento, transporte e comercialização dos alimentos. Isenta doador de responsabilidade civil quando o dano ocasionado pelos alimentos doados não envolver dolo.
PLS 738/2015 Jorge Viana	Estabelece dois prazos de validade, sendo um com data-limite à venda do produto e outro para consumo seguro, superior ao primeiro e com o data que assegure qualidade para que o alimento seja consumido. Prevê campanhas para incentivar consumo de frutas e verduras "feias", fora dos padrões do mercado, mas seguras para consumo. Proíbe o descarte de alimentos processados, industrializados, embalados ou não, ou in natura, ainda próprios para o consumo e prevê multa para descumprimento da norma. Isenta doadores de responsabilidade civil e das previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Especialistas analisam relatório sobre reforma da lei de aviação

A comissão de especialistas encarregada de elaborar proposta de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica reúne-se terça-feira para analisar a minuta do anteprojeto a ser apresentado. Criada em junho de 2015, a comissão vem avaliando todos os dispositivos do código para atualização.

A lei original (Lei 7.565) é de 1986, o que a tornou defasada pelos avanços tecnológicos das últimas décadas. O sistema de

comunicação dos aviões, por exemplo, hoje é praticamente todo feito por satélite, o que criou novas questões que demandam regulamentação.

Um ponto que deve constar do anteprojeto é a abertura total do setor aéreo ao capital estrangeiro. A participação externa hoje é limitada a 20%. A proposta é que a abertura seja feita de modo gradual, para permitir a adaptação das empresas nacionais às novas

regras, até que se reestruturarem e possam competir em igualdade de condições. Entre os benefícios apontados, estão investimentos em linhas aéreas e táxis-aéreos e a ampliação de atividades econômicas.

A desburocratização das atividades aeroportuárias e um novo modelo para tarifá-las também são sugestões do grupo. O anteprojeto deve contemplar ainda a adoção de penas mais severas para quem

soltar balões e outros artefatos prejudiciais à aviação, maior apoio a familiares de vítimas de acidentes aéreos, mais eficiência nos processos de licenciamento e certificação das aeronaves e o fim da indenização por cancelamento ou atraso de voos quando provocados por motivos de força maior.

A comissão é composta por 24 membros, entre juristas, professores, engenheiros e

militares. O presidente é o advogado Georges de Moura Ferreira, professor de direito aeronáutico nacional e internacional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

A relatora é a doutora em direito internacional Maria Helena Fonseca de Souza Rolim. O vice-presidente é o especialista em regulação em aviação civil Doriêdo Luiz dos Prazeres.

Senado discute se agência reguladora deve melhorar prestação de contas

Audiência pública marcada para terça-feira contará com a participação de presidentes da ANS, da Anvisa e da Anatel

A COMISSÃO DE Transparência e Governança Pública fará na terça-feira uma audiência pública sobre a transparência e o funcionamento das agências reguladoras federais.

O debate foi sugerido por João Capiberibe (PSB-AP), que reclama da falta de transparência e controle social em algumas dessas agências.

— As autarquias arrecadam um substancial volume de recursos aos cofres públicos, sem a devida prestação de contas de como esse montante é utilizado — disse o senador.

Ainda de acordo com ele, “inexiste um mecanismo eficaz de transparência que demonstre os benefícios sociais resultantes da atuação das agências reguladoras”.

Capiberibe se queixou também da falta de autonomia das ouvidorias internas e dos con-

selhos consultivos das agências reguladoras, além da pouca informação sobre o processo de regulação e aplicação das chamadas análises de impacto regulatório, ferramentas que têm repercussão sobre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Foram convidados para discutir o tema os diretores-presidentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão; da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa.

Também deverão comparecer o presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner), Thiago Cardoso Henriques Botelho, e o

professor da da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Rafael dos Santos.

A expectativa de Capiberibe é poder comparar o modelo de regulação planejado com o atualmente praticado pelas agências reguladoras, a fim de aperfeiçoar a governança

dessas instituições, os mecanismos organizacionais, o número e a duração do mandato dos dirigentes, a carreira dos servidores e o atendimento pleno dos serviços prestados à população.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



João Capiberibe fala na Comissão de Transparência, observado por Paulo Bauer

No Tocantins, sindicatos criticam terceirização

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fez ontem uma audiência pública em Palmas em que os participantes afirmaram que o projeto de lei que permite a terceirização em todos os cargos de uma empresa (PLC 30/2015) é “um retrocesso nos direitos do trabalhador”. A comissão já percorreu 25 estados, e a do Tocantins foi a penúltima audiência pública sobre o tema. Participaram da audiência políticos do estado e representantes de sindicatos.

Audiência pública aborda segurança de barragens

A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens fará na terça-feira uma audiência pública sobre os aspectos técnicos de segurança de barragens.

Foram convidados para o debate representantes do Comitê Brasileiro de Barragens, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, da Associação Canadense de Barragens e do Centro de Estudos Avançados em Segurança de Barragens.

Instalada em dezembro, a comissão tem o objetivo de avaliar a Política Nacional da Segurança de Barragens (PNSB) e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010).

No mesmo dia da instalação, o relator da comissão, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) apresentou um plano de trabalho, que foi aprovado pelos demais senadores. O plano contém temas para audiências públicas, como a avaliação da PNSB, as causas e os impactos do acidente ocorrido em Mariana (MG) e os aspectos técnicos da segurança de barragens.

Prédio novo poderá ter de aproveitar água da chuva

A captação da água da chuva nas novas construções públicas e privadas poderá tornar-se obrigatória. É o que estabelece o PLS 324/2015, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar na terça-feira, em caráter terminativo — se for aprovado, o texto poderá ir diretamente para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.

De Donizeti Nogueira (PT-TO), o projeto reduz o uso de

água tratada em atividades que não envolvam o consumo direto, como a limpeza de prédios e a irrigação de jardins.

Segundo o senador, a proposta induz ao aproveitamento eficiente da água. Donizeti afirma que medidas que levam a um melhor aproveitamento das águas pluviais tornam-se cada vez mais necessárias na medida em que o recurso fica cada vez mais raro.

Pelo projeto, a carta de habite-se das novas construções só

poderá ser emitida se houver a captação da água da chuva.

No caso de edificações privadas, a obrigação pode ser direcionada apenas a construções com área igual ou superior a 300 metros quadrados, conforme emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) mantida pela relatora na CMA, Lídice da Mata (PSB-BA).

Reflorestamento

Outro projeto na pauta da CMA é o PLS 396/2014, que obriga a delimitação, no plano diretor municipal, de áreas verdes e áreas urbanas a serem reflorestadas.

De Wilder Moraes (DEM-GO), o projeto inclui a norma no Estatuto da Cidade em razão da relevância “da arborização urbana e do planejamento de recuperação de áreas desmatadas para a melhoria da qualidade ambiental e paisagística das cidades”.

O texto conta com voto favorável do relator, Ronaldo

Caiado (DEM-GO), e também terá decisão terminativa.

A CMA vai examinar ainda o projeto que torna a educação ambiental uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio (PLS 221/2015) e o que trata da substituição de aparelhos de telefonia celular com defeito (PLC 142/2015).

Também consta da pauta um projeto que aumenta de 40 para 60 salários mínimos o valor das causas aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais (PLS 50/2012). A proposta faz a equiparação com o limite das ações aceitas pelos juizados especiais federais.

Na mesma reunião, poderá ser votado o PLC 113/2014, que faculta aos consumidores de serviços de energia elétrica, água encanada, telefonia, gás encanado e qualquer outro serviço mensurável a instalação de medidores. O objetivo é garantir o controle pelo consumidor, independentemente da existência de medidores instalados pelo distribuidor.

Clarice Castro/Governo do Rio de Janeiro



Obras do Museu da Imagem e do Som (MIS), no Rio, que terá captação da chuva

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

País deve adaptar-se a novo ritmo chinês

Especialistas disseram que, mesmo caindo, o crescimento da economia chinesa é maior do que o esperado para Europa e Estados Unidos

O BRASIL DEVERÁ adaptar-se à desaceleração da economia chinesa, recomendaram especialistas que participaram ontem da audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Eles admitiram as dificuldades a serem enfrentadas pelo Brasil, que tem na China seu principal parceiro comercial, mas recordaram que o crescimento de 6,5% anunciado por Pequim para os próximos anos ainda é bem superior ao que deverá ser obtido pelos Estados Unidos e pela Europa.

O ex-embaixador Sérgio Amaral, atualmente presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil-China, informou que a soja representa 40% das exportações brasileiras para o mercado chinês, enquanto o minério de ferro responde por 20%.

Os dois países ainda mantêm uma grande complementaridade econômica, apesar da redução do crescimento chinês, especialmente no agronegócio. O chamado “novo normal” da economia chinesa, para ele, não deve provocar temor.

— Crescimento de 6,5% a 7% ao ano é uma barbaridade! — disse Amaral.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), autora de um dos requerimentos para a realização da audiência — o outro é do presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) —, concordou que a China é “estratégica” para o desenvolvimento brasileiro e que o crescimento econômico menor não é necessariamente um problema para o Brasil.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) reforçou que a China continua sendo sinônimo de oportunidade, e não de ameaça.

A participação crescente dos chineses nos investimentos feitos no Brasil foi ressaltada pelo embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário



Aloysio Nunes (C), entre os debatedores, para os quais a economia chinesa ainda significa boas oportunidades para o Brasil

do Ministério das Relações Exteriores para Ásia, Oceania e Brics (grupo que engloba Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Ele informou que há duas semanas o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, recebeu uma manifestação por escrito de duas grandes empresas chinesas com interesse em participar da expansão das ferrovias brasileiras, tanto para cargas como para passageiros.

Transoceânica

Uma das ferrovias que interessam aos chineses é a Transoceânica, que poderá ligar o litoral do Rio de Janeiro a portos localizados no Peru, passando pela Floresta Amazônica.

O embaixador adiantou que a presidente Dilma Rousseff deverá fazer uma viagem oficial à China em setembro, para aprofundar as negociações sobre investimentos e a ampliação do intercâmbio comercial.

A construção da ferrovia com a participação dos chineses foi defendida por Jorge Viana (PT-AC) e Hélio José (PMB-DF). Eles acreditam que a Transoceânica pode ajudar a aproximar o Brasil dos países asiáticos por meio de portos no Pacífico e ajudar a resolver gargalos de infraestrutura.

Na opinião da sócia-diretora da Vallya Negócios e Investimentos, Larissa Wachholz, o Brasil precisa adaptar-se à nova etapa da economia chinesa. De um lado, observou, não deverá se repetir a fase de altos preços de commodities como soja e minério de ferro. De outro, porém, podem abrir-se oportunidades na oferta de produtos aos consumidores da China, especialmente na área de alimentos processados.

— Não tenho nada contra a exportação de commodities, mas podemos exportar outros produtos e marcas. Os chineses têm tido dificuldades com a produção de alimentos. Vários escândalos de contaminação já foram divulgados. É importante que o Brasil aproveite a oportunidade de exportar alimentos com suas próprias marcas — ressaltou.

Commodities

O presidente da AGN Participações, Roger Agnelli, disse também não ver problema com o fato de o Brasil exportar muitas commodities para a China, país que consome 60% do minério de ferro do mundo.

Ele observou que a queda nos preços não se deve apenas à desaceleração chinesa, mas também ao aumento da oferta de commodities por empresas

que imaginavam a manutenção dos altos níveis de crescimento anteriores.

Agnelli, que já foi presidente da Vale, crê que a China vai continuar sendo o grande destino da exportação de commodities do Brasil e do mundo inteiro.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), a China importará cada vez mais commodities e exportará conhecimento, inclusive na área espacial.

Democracia

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse ter expectativa de que, com a crescente urbanização e inserção na economia mundial, a China poderá aproximar-se do modelo da democracia ocidental.

Foi o que ponderou também José Agripino (DEM-RN). Ele elogiou a infraestrutura que conheceu em viagem a Xangai, especialmente nos metrô e trens de alta velocidade, mas demonstrou preocupação com a possibilidade de a China transformar-se num “barril de pólvora” se não promover uma maior abertura democrática.

Ana Amélia (PP-RS) se disse preocupada com acordo secreto celebrado pelos governos da China e da Argentina, que poderia incluir temas sensíveis como a energia nuclear.

Senador anuncia evento para atrair turistas da China

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou para a quarta-feira da semana que vem a realização do seminário Welcome Chinese.

O evento, que será realizado no Auditório do Interlegis, no Senado, às 9h30, é uma parceria do comissão com a China Tourism Academy.

O Welcome Chinese é uma certificação do país asiático concedida a hotéis, pontos turísticos, restaurantes, aero-

portos, museus, shoppings e outros estabelecimentos, que passam a ser recomendáveis às centenas de milhões de turistas chineses.

— Uma das vertentes é a formação dos trabalhadores do turismo para que atendam de maneira adequada esses turistas. Esse é um público potencial calculado hoje em 300 milhões de turistas — afirmou Davi.

Entre os participantes, estão o embaixador da China, Li Jinzhang, e o presidente da China Tourism Academy, Dai Bin.

Comissão aprova debate sobre reforma da Previdência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quarta-feira cinco requerimentos para realização de audiências públicas. Um deles, de Lindbergh Farias (PT-RJ), propõe o debate de temas relativos à Previdência Social.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que essa audiência faz parte de um ciclo de debates para discutir a reforma previdenciária. No dia 27, será realizado um debate sobre o assunto que contará com a

presença de sindicalistas.

A CDH aprovou também um requerimento de Paim que propõe uma audiência pública sobre a política de cotas raciais em bancos, promovida pela ONG Educafro.

Outro requerimento aprovado, também de Paim, propõe um debate sobre o Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial.

Também foram aprovadas audiências sobre o piso salarial dos vigilantes e sobre segurança alimentar e nutricional.

Vanessa defende que gestora de zona franca cobre taxas

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que a decisão do STF, que julgou inconstitucional a cobrança de taxa de serviços administrativos por meio de portaria, tira a capacidade de arrecadação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do próprio país. Por isso, algo deve ser feito para contornar esse problema.

Ela informou que pediu ao ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, a inserção do assunto em uma possível medida provisória, porque, segundo ela, há urgência.

Wilder cobra universidades no interior de Goiás

Wilder Moraes (PP-GO) cobrou o cumprimento de promessa da presidente da República, Dilma Rousseff, de instalar duas novas universidades federais em Goiás: a do Sudeste Goiano, em Catalão, e a do Sudoeste Goiano, em Jataí.

Segundo ele, o Ministério da Educação já elaborou o projeto. O senador disse que os dois municípios aguardam o cumprimento da promessa, pois o governo de Goiás já doou o terreno para a universidade de Jataí e a prefeitura de Catalão está ajudando na implantação do campus no município.

Lira quer divulgação de contratos do poder público na íntegra

Raimundo Lira (PMDB-PB) falou ontem no Plenário sobre seu recém-apresentado PLS 86/2016, que obriga órgãos municipais, estaduais e federais a publicar em seus sites a íntegra de contratos para realização de obras e serviços.

Se a proposta virar lei, a medida valerá também para os aditamentos feitos aos contratos. Com isso, Lira espera ajudar no combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público, crimes que mais causam prejuízo ao país, segundo o senador.

— É uma medida simples, mas eficaz. Hoje são publicados apenas resumos.

Falta de informação sobre como prevenir disfunções, médicos despreparados e recursos escassos para tratamento foram citados em solenidade sobre o Dia Mundial do Rim

Sessão especial foca problemas do doente renal

CERCA DE 10 milhões de brasileiros sofrem de algum tipo de disfunção renal. Entre eles, mais de 100 mil encontram-se em condições crônicas e dependem de diálise, tratamento em que, até três vezes por semana, o paciente é conectado por quatro horas a uma máquina para filtrar o sangue.

Uma sessão especial realizada em Plenário, ontem, no Dia Mundial do Rim, chamou a atenção para as dificuldades que os doentes renais enfrentam no país. Além da escassez de informações sobre como prevenir as disfunções, a população se depara com a falta de atendimento médico para diagnóstico e tratamento, inclusive para doenças crônicas.

Devido a cortes de recursos públicos, os convidados advertiram para o risco de colapso tanto na área de diálise quanto na de transplantes. Um dos alertas partiu de José Osmar Medina Pestana, chefe do Serviço de Transplante Renal da Escola de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, onde implantou o maior programa de transplantes do país.

— Estamos comemorando o Dia Mundial do Rim e deveríamos estar promovendo ações para evitar que as pessoas chegassem à necessidade de uma diálise ou de um transplante. Mas a preocupação ainda é como manter o que conquistamos, como manter 100 mil pacientes sendo dialisados com qualidade e como manter os 5 mil transplantes por ano que são realizados no Brasil — afirmou.

Autor do requerimento para a sessão, Eduardo Amorim (PSC-SE), que é médico e dirigiu os trabalhos, observou que o quadro de mazelas na saúde pública é tão grande que algumas questões perdem visibilidade, como o problema da doença renal, a seu ver um dos mais sérios dentro do “trágico cenário”.

— Passamos por um momento crítico de nossa história republicana e não podemos nos esquecer de que, nestes momentos, são os mais fra-



Entre especialistas e profissionais da área da saúde, o senador Eduardo Amorim (4º à esq.), que é médico, conduz a sessão especial de ontem sobre o Dia do Rim

cos que, injustamente, mais sofrem. É imprescindível que o Senado permaneça atento a esse tema e contribua para a formulação e a implementação de políticas públicas capazes de minorar o sofrimento desses milhares de brasileiros.

Infância

Este ano, o tema do Dia Mundial do Rim foi “Prevenção da doença renal começa na infância”. A presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Carmen Tzanno Branco Martins, informou que a entidade programou mais de 700 eventos com o objetivo de alertar para a importância da adoção de hábitos saudáveis desde a infância.

Segundo a médica, o número de pacientes dependentes de diálise triplicou nos últimos 15 anos, passando de 40 mil para quase 120 mil. Apesar disso, o número de clínicas de tratamento não apenas deixou de acompanhar esse crescimento como até vem reduzindo. Devido ao congelamento do valor pago pelas sessões pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mais de 70 clínicas fecharam, enquanto outras deixaram de atender pacientes do sistema público.

— Com isso, vemos que faltam vagas em muitos municípios, porque apenas 7% têm unidades de terapia renal. Então, hoje, acumulam-se nos

hospitais pacientes aguardando uma vaga — lamentou.

Calamidade

O presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Hélio Vida Cassi, salientou que, em média, no Brasil, apenas 500 pacientes para cada milhão de habitantes fazem diálise, enquanto em alguns países da América Latina, a proporção chega a mil por cada milhão. Segundo ele, isso não significa que população brasileira seja mais saudável, mas sim que praticamente metade dos pacientes com indicação para chegar à diálise morre antes disso, por falta de acesso ao tratamento.

— Isso é uma calamidade que precisa ser denunciada.

Mais de 80% dos tratamentos de pacientes renais são pagos pelos SUS, mas a maioria dos centros de diálise são particulares. Apesar da pequena oferta, ele disse que os profissionais da área médica não se animam a abrir clínicas, pois o investimento é elevado e o retorno, baixo. Disse ainda que as clínicas recebem do SUS valor próximo a R\$ 179 por sessão de diálise, que está congelado há três anos.

O presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil, Renato Padilha, afirmou que em alguns estados o atendimento é crí-

tico. No Pará, por exemplo, só há um centro de hemodiálise. Um paciente chega a sair meia-noite da sessão, pois a falta de vaga obriga atendimentos até durante a noite.

— Por haver um excesso de turnos, um paciente chegou a se acorrentar em frente à clínica para chamar a atenção das autoridades, para dizer que aquilo não é qualidade de vida e que ele está próximo de morrer — denunciou.

Padilha registrou que as indústrias de insumos para diálise peritoneal, insatisfeitas com os preços, já informaram que vão suspender a entrega de medicamentos a partir deste mês. Esse procedimento é feito na casa do paciente, sendo o mais adequado para idosos, crianças ou para quem mora longe de clínicas.

Receitas

Ronaldo Caiado (DEM-GO), lamentou a derrubada, segundo ele por ação da base parlamentar do governo, de projeto de lei destinado a vincular 10% da receita corrente líquida (RCL) da União para a área de saúde. Com isso, afirmou o senador, hoje está sendo impossível financiar serviços essenciais, como os necessários aos renais crônicos.

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) reforçou a necessidade de garantir 10% da receita líquida para a saúde, medida

que agora depende de uma proposta de emenda constitucional em análise na Câmara. Ela é autora de projeto reivindicado por renais crônicos (PL 155/2015), que reconhece pacientes dependentes de hemodiálise como deficientes físicos, o que facilitará acesso a benefícios previdenciários.

Para Ana Amélia (PP-RS), a defasagem do valor das sessões de hemodiálise é um grave problema, pois recaem sobre os pacientes as dificuldades financeiras criadas para as clínicas. José Medeiros (PPS-MT) registrou indignação com o fato de o país ainda perder 56% dos rins ofertados para transplantes.

Participaram também da sessão os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Regina Sousa (PT-PI) e Dalírio Beber (PSDB-SC). Entre deputados presentes, estava Andre Moura (PSC-SE), que milita em defesa dos renais crônicos e foi convidado a compor a mesa, ocupada ainda pela enfermeira Antonia da Graça Silva, representando a Associação Brasileira de Enfermagem em Nefrologia.

Ao fim da sessão, parlamentares e convidados se dirigiram ao gramado do Congresso, para um abraço simbólico em torno de um balão de gás no formato de rim, com objetivo de mostrar a importância da prevenção de doenças renais.

Projeto sobre uso de remédio contra câncer chega ao Senado

Já está no Senado o projeto que autoriza a produção e o uso da fosfoetanolamina sintética no Brasil (PLC 3/2016). Aprovado pela Câmara na quarta-feira, o texto permite o uso da substância por pacientes com câncer antes da conclusão dos estudos que permitam à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar seu registro definitivo como medicamento.

O texto, apresentado por 26 deputados, está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Depois, passará pela

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ser analisado pelo Plenário.

Segundo a proposta, para ter acesso ao medicamento, os pacientes diagnosticados com câncer precisarão assinar termo de consentimento e responsabilidade. A opção pelo uso voluntário da fosfoetanolamina sintética não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

Entusiastas apontam relatos de regressão e cura do câncer pela substância. Críticos argumentam que não

há estudos que comprovem a eficácia e a segurança do uso. Se o texto for aprovado, a Anvisa terá de autorizar os laboratórios que farão a produção e a distribuição.

A fosfoetanolamina é pesquisada pelo Instituto de Química de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), há cerca de 20 anos. Os estudos são conduzidos pelo professor aposentado Gilberto Orivaldo Chierice. A substância sintética imita um composto que existe no organismo humano e que sinaliza as

células cancerosas para que o sistema imunológico as reconheça e remova.

A substância vinha sendo distribuída de forma gratuita no campus da universidade em São Carlos. Em 2014, a droga parou de ser entregue, depois que uma portaria determinou que substâncias experimentais devem ter todos os registros antes de serem liberadas à população. Sem a licença, alguns pacientes passaram a conseguir a liberação na Justiça, por meio de liminares.